

ALÉM DO LÁPIS “COR DE PELE”: UM OLHAR ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autora: Elizangela Souza Meireles; Co-autora (1): Etienny Barbosa de Assis; Co-autora (2):
Marilda Frazão Menezes; Orientadora: Ione da Silva Guterres

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: esmeireles@hotmail.com

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: etienny_slz@hotmail.com.

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: marildafracao@hotmail.com;

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: ioneguterres.uemanet@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Observamos a existência de um consenso entre teóricos da infância e da legislação nacional de que o preconceito e a discriminação não devem fazer parte do cotidiano pedagógico ou até mesmo do imaginário infantil, uma vez que as crianças devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica. Por outro lado, percebemos que essa ideia ainda está presente na sociedade em geral, pois as crianças no cotidiano escolar e familiar presenciam às múltiplas formas de discriminação.

Mediante isso, enquanto educadoras da rede pública municipal de ensino de São Luís-MA, e estudantes de Graduação do 6º Período do Curso de Pedagogia, na modalidade à Distância da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, temos o compromisso de dar ênfase às inúmeras possibilidades de enfrentamento ao racismo, ao preconceito que afligem as crianças no espaço escolar pelo fato de serem negras, utilizando assim a literatura como uma importante ferramenta nesse processo de ruptura de ideias, de valorização, reconhecimento e empoderamento de nossas crianças. Ademais, a partir de um Projeto didático interdisciplinar de intervenção aplicado em uma sala de aula da Educação Infantil e apresentado a disciplina: Prática Curricular de Ação Interdisciplinar surgiu interesse de investigar o tema.

Nessa perspectiva, a pesquisa em andamento, tem por objetivo estudar cientificamente o ambiente escolar no ano de 2018, a partir do mês de março com conclusão para o mês de novembro, discutindo e problematizando as questões étnico-raciais no espaço da Educação Infantil, de forma a considerar o ensino ao respeito das diferenças.

Cabe ressaltar que a educação étnico-racial, deve ser trabalhada desde a primeira etapa da Educação Básica como algo imprescindível no processo de formação humana, assim como também corresponde a uma necessidade educativa de que as escolas se tornem “[...] espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação [...]” (SECAD, MEC, 2013, p.49).

Sendo assim, acreditamos que a escola assume um papel importante na promoção da igualdade racial e auxiliando as crianças a (re) construir e (re) conhecerem as suas identidades individuais e coletivas através de práticas pedagógicas que oportunizem experiências pautadas no respeito por si e pelo outro, efetivando uma “educação antirracista”.

Nesse contexto, o espaço a ser desenvolvido esse trabalho de investigação é a instituição pública municipal da Educação infantil, intitulada Unidade de Educação Básica Lápis “cor de pele”,¹ localizada na área rural de São Luís. Assim, esperamos contribuir para a identidade da

¹ O nome da instituição pesquisada é fictício, pois tem a intenção de respeitar os princípios éticos da pesquisa. A escolha do nome fictício ocorreu devido à temática do trabalho.

criança negra na sala de aula da educação, reconhecendo-a sem estereótipos ou expressões do tipo “cor de pele”.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho será a pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e de campo. Como instrumentos de coleta de dados, utilizaremos a observação participante nas turmas do Infantil I e II, bem como a entrevista semiestruturada aplicada a duas professoras das respectivas turmas investigadas.

Nesse sentido, a opção pelo método qualitativo foi em função dele ter uma preocupação “[...] em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhadas sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos, etc” (MARCONI e LAKATOS, 2006, p.269).

Tratando-se de uma pesquisa que se encontra em andamento, o período de observação deu-se a partir do mês de março, estendendo para o mês de abril, maio e junho, de maneira que se almejamos a conclusão da referida pesquisa até o mês de novembro.

Para Minayo (2001, p. 26): “denominamos ciclo da pesquisa, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações”.

Dessa forma, para que a pesquisa ocorra a contento, pretendemos perceber que além de repensar o local ocupado pela criança negra na sociedade atual, a mesma exerce a ideia de coletividade, bem como a necessidade de se tornar pertencente a um grupo, reconhecida e valorizada pela sua etnia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A instituição investigada configura-se como uma escola da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís, localizada na área rural ludovicense, onde funciona a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo que no turno matutino funcionam duas turmas da Educação Infantil e uma turma do Ensino Fundamental e no turno vespertino existem turmas do 1º ao 5º ano.

A pesquisa em andamento conta com a participação dos seguintes sujeitos: crianças na faixa etária de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, pertencentes às turmas do Infantil I e II e as professoras das respectivas turmas.

Os resultados das análises iniciais evidenciam através das observações, que as crianças apresentam dificuldade em se autodeclarar segundo raça/cor, sendo que em alguns casos existem uma negação propriamente dita.

De modo especial, as meninas associam suas imagens às figuras das princesas dos clássicos contos de fadas, sinônimos da branquidade normativa. Outro ponto interessante é a referência ao lápis “cor de pele” como padrão e norma na pintura da pele das pessoas que são representadas através dos desenhos das crianças. A beleza ideal é aquela mais aproximada ao padrão de “beleza branco”.

Munanga (2005, p.23) afirma que a ideologia do branqueamento:

Se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos.

Em contrapartida, o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (RECNEI,1988) esclarece que:

O respeito às diversidades deve ser trabalhado nas crianças desde o momento em que estão inseridas no contexto escolar, pois deve ser dado o exemplo nos policiando quanto ao respeito de gênero, cor, etnia, enfim em todas as diversidades do cotidiano escolar e extra escolar, pois é observando o nosso exemplo é que elas formam seus estereótipos, e para podermos trabalhar com elas estas questões devemos fazer trabalhos que nos possibilitem inseri-las em outras realidades, vivenciando se não concretamente mas simbolicamente estas situações diversificadas das diferenças e necessidades especiais (BRASIL, 1988, p.41).

Vale frisar que a questão racial é conteúdo obrigatório no currículo escolar. Com a Lei 10.639 de 2003, decretou-se a inclusão do ensino da História e da cultura afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio, de modo que houve a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que passou a conter os seguintes artigos:

Art. 26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2017, p. 21, 50).

Dessa forma, a Lei 10.639/03, passou a ter uma validade para todos os níveis da Educação Básica a partir da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, atuando como um importante instrumento de auxílio, um eixo norteador das práticas pedagógicas, guiando nas reflexões e discussões acerca da temática em questão, apresentando como princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidade e de direitos e ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Consequentemente, além da educação étnico-racial está presente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1988), encontra-se também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e deve ser debatida e trabalhada nas salas de aulas. Ademais, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 9º, determinam que devem ser garantidas as crianças experiências que permitam o reconhecimento da diversidade e manifestações culturais (BRASIL, 2009, p.04).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a Educação Infantil, deve considerar os saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza. Assim para a educação étnico-racial destacamos o campo de experiência: **O eu, o outro e o nós**, pois:

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e

culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos (BRASIL, 2017, p.38).

Por isso, as escolas devem combater as discriminações no que se referem a: origem, etnia, sexo, religião, cor, crença ou deficiência. Cabe ao professor da Educação Infantil, a tarefa de fazer com que a sala de aula se transforme num espaço privilegiado, onde a criança seja capaz de compreender e de se envolver de maneira consciente em ações de reconhecimento, valorização e respeito a si ao outro.

Conforme Trinidad (2012, p.129):

As interações entre as crianças e com os profissionais que compõem o espaço de educação infantil, em particular, o professor, são frutíferas para compreender como elas se apropriam dos significados sociais e como constroem seus em relação aos diferentes aspectos da vida, e, em especial, em relação às suas identidades e identificações étnico-raciais.

Assim, é importante frisar que a construção da identidade da criança perpassa pelos referenciais apresentados a ela no ambiente onde está inserida e de modo especial no âmbito escolar, sobretudo, através das obras da literatura infantil que trazem abordagens com personagens negras como foco central do enredo, promovendo o resgate e valorização da identidade étnica da criança.

Nesse contexto, o ambiente escolar configura-se num espaço de luta por igualdade de direitos, combatendo toda e qualquer forma de discriminação, ou seja, com práticas pedagógicas pautadas na emancipação dos grupos discriminados, oferecendo possibilidades de vivência das múltiplas linguagens, seja através da música, das brincadeiras, jogos simbólicos, contação de histórias, desenvolvendo aprendizagens relacionadas à cooperação, à socialização de valores, respeito ao outro e aceitação do próprio ser. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEIs (2010, p.23): “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação”.

Por conseguinte, ainda no que tange ao imaginário nacional propagado nas salas de aula, temos a marginalização do negro na abordagem curricular e na prática pedagógica dos professores. Sobretudo constatamos que a literatura infantil privilegia referências eurocêntricas com personagens brancas, pois os heróis e princesas quase sempre passam longe de serem negros.

Portanto, encontramos na obra: “Menina bonita do laço de fita”, de Ana Maria Machado, um ponto de partida para realizar um projeto de intervenção pedagógica, o que estimulará a ampliação do repertório cultural do aluno e a própria formação de leitores na escola além de favorecer a inclusão de uma abordagem que leve em consideração a educação para as relações étnico-raciais.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa tem a pretensão de analisar o trabalho pedagógico acerca das relações étnico-raciais nasala de Educação Infantil, numa escola pública municipal da área rural de São Luís-MA, enfatizando então às inúmeras possibilidades de enfrentamento ao racismo, ao preconceito que afligem as crianças no espaço escolar pelo fato de ser negra, utilizando assim a literatura como uma importante ferramenta nesse processo de ruptura de ideias, de valorização, reconhecimento e empoderamento de nossas crianças.

É notório a dificuldade das nossas crianças se identificarem de acordo com a raça, cor, o que leva a auto rejeição e a procura dos padrões de beleza dito universais, guiado pelo desejo de ser o outro e libertar-se da inferiorização.

Portanto, é imprescindível que haja a superação das ideias eurocêntricas que estão arraigadas em nossos espaços escolares, rompendo assim com o ideal do lápis cor de pele através das inúmeras possibilidades de um fazer pedagógico que amplie o repertório das crianças através da inserção de materiais que tragam personagens negras de maneira valorizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil/Ministério da Educação o do Desporto, secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume: 2.

_____. Resolução nº 1 de 7 de abril de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, DF, 1999.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 25 de julho de 2018.

_____. Parecer CNE\CP Nº 0003\2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Diário Oficial da União, Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.** – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: SECAD/ MEC, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 30 jul 2018.

_____. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível

em:<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1_ed.pdf>. Acesso em: 30 jul 2018.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4ª ed. Revista e ampliada. São Paulo. Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil**. In BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo : Centro de Estudos 14 Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 3 (1): 1-14, 2016. das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 119 - 137. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&Itemid=30192 . Acesso em 30 jul 2018.